

LIÇÃO 15 - Conclui-se que as Proposições São Verdadeiras na Medida em que Correspondem ao Modo como as Coisas São na Realidade

19a 23 Ora, aquilo que é, quando é, necessariamente é, e aquilo que não é, quando não é, necessariamente não é. Mas não é necessário que tudo o que é, seja, nem é necessário que aquilo que não é, não seja. Pois não são a mesma coisa: que tudo seja necessariamente quando é, e ser simplesmente por necessidade. E o caso é semelhante com respeito àquilo que não é.

19a 27 E este é também o caso com respeito à contradição. É necessário que tudo seja ou não seja; e que será ou não será; contudo, tomando-os separadamente, não é possível dizer que um dos dois seja necessário. Por exemplo, é necessário que haja ou não haja uma batalha naval amanhã; contudo, não é necessário que uma batalha naval tenha lugar amanhã, nem é necessário que ela não tenha lugar. No entanto, é necessário que ela ou tenha lugar ou não tenha lugar.

19a 32 E assim, uma vez que o discurso é verdadeiro na medida em que corresponde às coisas, é claro que, quando as coisas são tais que são indeterminadas a um de dois, e os opostos são possíveis, a contradição correspondente deve ser semelhante. Este é o caso naquelas coisas que não existem sempre ou não deixam de existir sempre. Destas, é necessário que uma parte da contradição seja verdadeira ou falsa, não, porém, esta ou aquela parte, mas uma das duas indeterminadamente. Uma pode ser mais provável de ser verdadeira, mas ainda não é atualmente verdadeira ou falsa.

19a 39 Portanto, é claro que não é necessário que, de toda afirmação e negação de opostos, uma seja verdadeira e uma falsa. Pois o caso não é o mesmo com respeito àquelas coisas que são e àquelas que não são, mas poderiam ser ou não ser. É como acabamos de enunciar.

1. Agora que o Filósofo mostrou as impossibilidades que se seguem dos supracitados argumentos, ele conclui qual é a verdade sobre este ponto. Ao argumentar para a impossibilidade da posição, ele procedeu das enunciações para as coisas, e já rejeitou as consequências inverossímeis com respeito às coisas. Agora, na ordem inversa, ele primeiro mostra o modo como há verdade sobre as coisas; em segundo lugar, o modo como há verdade nas enunciações, onde diz: *E assim, uma vez que o discurso é verdadeiro na medida em que corresponde às coisas*, etc. Com respeito à verdade sobre as coisas, ele primeiro mostra o modo como há verdade e necessidade sobre as coisas consideradas absolutamente; em segundo lugar, o modo como há verdade e necessidade sobre as coisas através de uma comparação de seus opostos, onde diz: *E este é também o caso com respeito à contradição*, etc.

2. Ele começa, então, como que concluindo das premissas: se as supracitadas coisas são inverossímeis (a saber, que todas as coisas têm lugar por necessidade), então o caso com respeito às coisas deve ser este: tudo o que é deve ser quando é, e tudo o que não é, necessariamente não ser quando não é. Esta necessidade funda-se no princípio de que é impossível ao mesmo tempo ser e não ser; pois, se algo é, é impossível que ao mesmo tempo não seja; portanto, é necessário que seja naquele tempo. Pois "impossível não ser" significa a mesma coisa que "necessário ser", como Aristóteles diz no segundo livro.

Semelhantemente, se algo não é, é impossível que ao mesmo tempo seja. Portanto, é necessário que não seja, pois também significam a mesma coisa. É claramente verdade, então, que tudo o que é deve ser quando é, e tudo o que não é deve não ser quando não é.

Esta não é necessidade absoluta, mas necessidade por suposição. Consequentemente, não se pode dizer absoluta e simplesmente que tudo o que é deve ser, e que tudo o que não é deve não ser. Pois "todo ente, quando é, necessariamente é" não significa a mesma coisa que "todo ente necessariamente é" simplesmente. O primeiro significa necessidade por suposição; o segundo, necessidade absoluta.

O que foi dito sobre *ser* deve ser entendido como se aplicando também a *não ser*, pois "necessariamente não ser simplesmente" e "necessariamente não ser quando não é" são também diferentes.

Com isto, Aristóteles parece excluir o que foi dito acima, a saber, que se naquelas coisas que são um dos dois é determinadamente verdadeiro, então, mesmo antes de ter lugar, um dos dois seria determinadamente *iria ser*.

3. Ele mostra como a verdade e a necessidade se têm sobre as coisas através da comparação de seus opostos, onde diz: *Este é também o caso com respeito à contradição*, etc. O raciocínio é o mesmo, ele diz, com respeito à contradição e com respeito à suposição. Pois, assim como aquilo que não é absolutamente necessário se torna necessário pela suposição do mesmo (pois deve ser quando é), assim também o que em si não é necessário absolutamente se torna necessário pela disjunção do oposto, pois de cada coisa é necessário que seja ou não seja, e que será ou não será no futuro, e isto sob disjunção. Esta necessidade funda-se no princípio de que é impossível que os contraditórios sejam ao mesmo tempo verdadeiros e falsos. Consequentemente, é impossível que uma coisa nem seja nem não seja; portanto, é necessário que ou seja ou não seja. Contudo, se um

destes é tomado separadamente [isto é, divisivamente], não é necessário que aquele o seja absolutamente. Isto ele manifesta por exemplo: é necessário que haja ou não haja uma batalha naval amanhã; mas não é necessário que uma batalha naval tenha lugar amanhã, nem é necessário que ela não tenha lugar, pois isto pertence à necessidade absoluta. É necessário, contudo, que ela tenha lugar ou não tenha lugar amanhã. Isto pertence à necessidade que está sob disjunção.

4. Então, quando ele diz: *E assim, uma vez que o discurso é verdadeiro na medida em que corresponde às coisas, etc.*, ele mostra como a verdade no discurso corresponde ao modo como as coisas são. Primeiro, mostra de que modo a verdade do discurso se conforma ao ser e ao não ser das coisas; em segundo lugar, e finalmente, ele chega à verdade de toda a questão, onde diz: *Portanto, é claro que não é necessário que, de toda afirmação e negação de opostos, uma seja verdadeira e uma falsa, etc.*

Ele diz, então, que o discurso enunciativo se relaciona com a verdade do modo como a coisa se relaciona com o ser ou o não ser (pois, do fato de que uma coisa é ou não é, o discurso é verdadeiro ou falso). Segue-se, portanto, que quando as coisas são tais que são indeterminadas a um de dois, e quando são tais que seus contraditórios poderiam acontecer de qualquer modo, seja igualmente, seja um na maior parte das vezes, a contradição das enunciações também deve ser assim.

Ele explica a seguir quais são as coisas nas quais os contraditórios podem acontecer. São aquelas que nem sempre são (isto é, o necessário), nem sempre não são (isto é, o impossível), mas às vezes são e às vezes não são. Ele mostra, além disso, como isto se mantém nas enunciações contraditórias. Naquelas enunciações que são sobre coisas contingentes, uma parte da contradição deve ser verdadeira ou falsa sob disjunção; mas está relacionada a uma das duas, não a esta ou àquela determinadamente. Se acontecer que uma parte da contradição seja mais verdadeira, como acontece nos contingentes que são na maior parte das vezes, nem por isso é necessário que uma delas seja determinadamente verdadeira ou falsa.

5. Então, ele diz: *Portanto, é claro que não é necessário que, de toda afirmação e negação de opostos, uma seja verdadeira e uma falsa, etc.* Esta é a conclusão que ele principalmente pretendia. É evidente, pelo que foi dito, que não é necessário, em todo gênero de afirmação e negação de opostos, que uma seja determinadamente verdadeira e a outra falsa, pois a verdade e a falsidade não se têm do mesmo modo com respeito às coisas que já estão no presente e àquelas que não estão, mas que poderiam ser ou não ser. A posição com respeito a cada uma foi explicada. Naquelas que são, é necessário que uma delas seja determinadamente verdadeira e a outra falsa; nas coisas que são futuras, que poderiam ser ou não ser, o caso não é o mesmo. O primeiro livro termina com isto.